



# Prefeitura Municipal de Assis

ESTADO DE SÃO PAULO

**DECRETO Nº 438, DE 03 DE AGOSTO DE 1971.-**

**Constitua Comissão Municipal para o fim de estabelecimento de valores de terra nas, conforme instrução de INEPA.-**

**SUFI JUBIAN, Prefeito do Município de Assis, no uso de suas atribuições legais e**

**Considerando que, por força do que dispõe o § 4º, do artigo 46º da Lei 4 504/64 - ESTATUTO DA TERRA - e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA -, por determinação do Sr. Ministro da Agricultura, programada a REVISÃO GERAL DO CADASTRO DOS IMÓVEIS RURAIS - ADIANTAMENTO, a ser implantado a tempo de servir de base ao lançamento fiscal do Imposto Territorial Rural e demais contribuições, para o exercício de 1972, tendo constituído, para tal fim, o COMITÊ MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO - CMRC;**

**Considerando que para completar os estudos que estão sendo realizados pelo CMRC, com vistas à revisão, ao aperfeiçoamento e à atualização das tabelas dos valores de terra nas, foi decidida uma pesquisa local em cada município do país; e**

**Considerando que cada município, deve pesquisar os valores mínimos e máximos vigentes para as peças e colheitas terras agrícolas, o que servirá de base para a fixação, por parte do INCRA, das tabelas de valor mínimo de terra nas,**

## DECRETA:

**Artigo 1º - Fica constituída a Comissão Municipal, integrada pelos seguintes membros:**

- 1) - Sufi Jubian - Prefeito Municipal;**
- 2) - Eng. Agr. Dr. Hélio Cláudio de Sousa Dias - Proprietário Agrícola;**
- 3) - Eng. Agr. Dr. Dalair Daz - Proprietário Agrícola;**
- 4) - Rubens Silva - Proprietário Agrícola;**
- 5) - Arnaldo Brundillean - Secretário do INCRA-ASSIS**



# Prefeitura Municipal de Assis

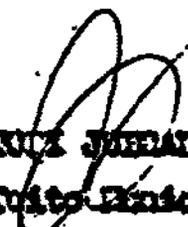
ESTADO DE SÃO PAULO

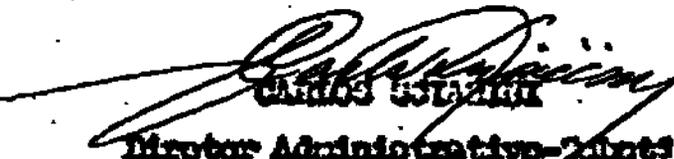
Decreto nº 430 - continuação - Sic. nº 2 . . . /

§ - Único - A Comissão Municipal, a que se refere este artigo, terá a incumbência pelo Prefeito Municipal e terá a incumbência de indicar os valores de terra sem, juntamente de peças e de melhores terras agrícolas, para o fim de estabelecer o valor de uma terra sem, mais comparáveis com a realidade do município, a Comissão Municipal deverá considerar como valor mínimo o valor real do terreno imobiliário para as peças terras do município, e como valor máximo, o valor do terreno imobiliário para as melhores terras agrícolas do município.

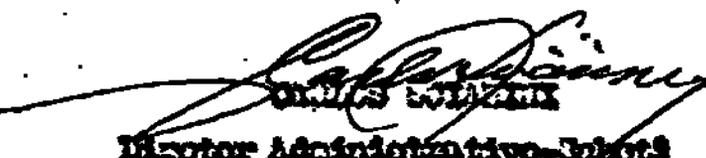
Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Assis, 09 de agosto de 1971.-

  
**RUI JUREK**  
 Prefeito Municipal

  
**Carlos Estanislau**  
 Diretor Administrativo-Geral

Publicado no Departamento de Administração da Prefeitura Municipal, em 09 de agosto de 1971.-

  
**Carlos Estanislau**  
 Diretor Administrativo-Geral